

HÅKAN WIBERG

Investigação para a Paz: Passado, presente e futuro

O percurso de afirmação da Investigação para a Paz como disciplina assinala diferentes momentos de crise de identidade, expressos em densos debates epistemológicos. Como resultado desse crescimento dilemático, a Investigação para a Paz continua hoje atravessada por três questões conformadoras essenciais que este texto procura delimitar. A primeira é a do alcance da sua orientação para valores e políticas concretas. A segunda é a do seu lugar num território cognitivo disputado. E a terceira é a da densidade conferida à não-violência nos processos de transformação política.

A expressão *peace research*, ou “investigação para a paz”, vem sendo usada há cerca de meio século para designar os institutos e actividades existentes nesta área. O Instituto de Investigação para a Paz, de Oslo (PRIO), foi o primeiro a incluí-la no nome, não obstante a sua criação ter sido precedida pela de um pequeno número de outros institutos. Tanto a expressão como aquilo que ela refere fazem-nos recuar cerca de vinte anos relativamente a esse momento. Com efeito, as primeiras propostas de criação de instituições destinadas àquilo a que se chamou “Investigação para a Paz” surgiram já antes do final da II Guerra Mundial. O mesmo pode afirmar-se com respeito às primeiras obras de alguns dos seus grandes fundadores, autores como Lewis Fry Richardson, Quincy Wright e Pitirim A. Sorokin. Muitas línguas traduzem directamente a expressão, limitando-se a juntar as palavras “investigação” e “paz”; outras línguas utilizam uma ou outra versão do francês “polemologie”, e algumas recorrem ainda a outras expressões. Há muitos institutos que ostentam, no respectivo nome, diferentes combinações dos termos “paz”, “conflito”, e outros mais.

Não haverá nunca um consenso universal em torno da expressão. Tanto “paz” (para já não falar em “segurança”) como “investigação” são aquilo a que o filósofo Walter Bryce Gallie (1956) chamou “conceitos essencialmente contestados”, ou seja, conceitos relativamente aos quais não se chegará nunca a uma definição consensual a não ser no interior de comunidades extremamente reduzidas ou mesmo sectárias. As mais diferentes culturas

– bem como as diferentes orientações políticas existentes dentro de cada cultura – usam o termo “paz” (traduzido da forma mais tosca de umas línguas para as outras) para conotar diferentes combinações de valores, por sua vez sujeitas a diferentes ênfases relativas: ausência de guerra, bem-estar, justiça (divina), harmonia social, a paz interior de cada um, etc. (Ishida, 1969; Galtung, 1981; Koppe, 2001). Quanto a “investigação”, assistimos a diversas vagas de discussões – genéricas umas, outras especificamente relacionadas com as Ciências Sociais – em torno dos critérios (epistemologia, produção teórica, métodos empíricos, etc.) a que uma actividade ou os respectivos resultados deveriam obedecer para serem considerados “investigação” ou “científicos”. De nenhuma delas resultou consenso entre a comunidade de estudiosos.

Uma terceira controvérsia data da década de 1960: quer-se dizer o quê, quando se junta “paz” e “investigação” numa única expressão? Muitas vezes interpreta-se como significando “investigação sobre a paz”, indicando-se assim que deveria ser encarada como mais uma disciplina académica entre outras. “Investigação pela paz”, por outro lado, tende a sublinhar uma orientação no sentido de determinados valores, como sucede com frequência em formulações utilizadas em congressos e em editoriais de revistas. Além da ambiguidade inerente à palavra “paz”, há o risco de circularidade: para saber (mais do que adivinhar) qual a investigação que promove a paz, é necessário, antes, ter já alguma investigação com resultados concretos sobre isso mesmo.

As várias discussões em torno do problema da definição dariam, por si só, para escrever um livro. Para os objectivos do presente artigo, no entanto, o mais prático será proceder como se este versasse, por exemplo, a oncologia: partindo, para tanto, de noções já amplamente partilhadas por estudiosos que a si mesmos se identifiquem como oncologistas – ou investigadores da paz –, em vez de atender ao modo como aqueles que como tal se não identificam consideram que este campo de investigação deve ser definido. Há factos relacionados com a Investigação para a Paz que só até certo ponto dependem das pequenas nuances de definição.

Se considerarmos a Investigação para a Paz da perspectiva da Sociologia da Ciência, e pensarmos concretamente naquilo que foi a sua institucionalização gradual, algumas das questões importantes a colocar dizem respeito aos números. Assim, é possível mantermo-nos inteirados da quantidade de institutos existentes e respectivos membros recorrendo aos directórios da UNESCO (ver abaixo). Além disso, diversos autores, baseando-se em critérios ligeiramente diferentes entre si, elaboraram listas comentadas das revistas especializadas dedicadas à Investigação para a Paz (Chatfield, 1979;

van den Dungen, 1981; Scharffenorth *et al.*, 1983; Gleditsch, 1987). Ainda a título de exemplo, a *International Peace Research Newsletter*, a alemã *AFB Information*, e as “newsletters” da Sociedade de Ciências da Paz fazem, com regularidade, menção a organizações profissionais de âmbito tanto nacional como internacional. Seja qual for o critério utilizado, o quadro resultante é, sempre, aproximadamente o mesmo: Há quarenta anos, a Investigação para a Paz era uma ideia nova que despontava para um futuro incerto, contando com alguns institutos e com um par de revistas especializadas e de associações internacionais acabadas de fundar. Há trinta anos, tínhamos centenas de institutos e dezenas de revistas, bem como um conjunto de associações e congressos de âmbito nacional e regional. Há vinte anos, todas estas realidades proliferavam em maior número ainda, contudo o período de crescimento rápido havia passado, e mesmo hoje a situação não é muito diferente. Com efeito, hoje em dia a Investigação para a Paz apresenta todos os sinais de haver atingido a maioridade, manifestada através de múltiplos exemplos: volumes em honra de alguns dos mais antigos estudiosos da área (veja-se Trittmann e Schmidt, 2002), bibliografias (entre cujos títulos clássicos se incluem Boulding *et al.*, de 1979, e *Peace and World Order*, de 1981), directórios (UNESCO 2000 – com anteriores edições a surgirem a intervalos de vários anos a partir de 1965), e publicações versando o historial destes estudos (van den Dungen, 1977; Boulding e Väyrynen, 1979; Wiberg, 1988; Koppe e Reichardt, 1994; Kodama, 2004).

Por trás da crueza dos números depara-se-nos uma história mais complexa. Os primeiros institutos apareceram, sobretudo, na região do Atlântico Norte protestante (Escandinávia, Holanda, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos da América). Quanto ao desenvolvimento posterior, apresenta duas vertentes principais: na verdade, ao mesmo tempo que naquela região se iam criando muitos institutos novos, certas tradições que vigoravam na investigação levada a cabo na América Latina (a tradição da “dependência”, etc.), na Índia (a tradição gandhiana, etc.), na Europa (a tradição marxiana, etc.), no Japão (Hook e Kan, 1983) e noutros lugares começaram a identificar-se como sendo Investigação para a Paz e a marcar presença em associações, revistas e congressos. Esta natureza dupla do processo de crescimento teve consequências importantes.

Breve história

A história da Investigação para a Paz é, em grande medida, a história das suas crises; no entanto, é bom lembrar que, em chinês, o signo para “crise” consiste nos signos usados para dizer “perigo” e “oportunidade”. Já escrevi, noutro local (Wiberg, 1995), que tivemos três grandes crises na Investiga-

ção para a Paz: por volta de 1970, de 1980, e de 1990. A primeira das crises teve a ver com aquilo que seriam agendas legítimas com vista a essa investigação. A segunda crise, que em certa medida foi resultado da primeira, sobrepôs o alargamento do campo de investigação ao favorecimento exclusivo de uma das várias agendas então sobre a mesa: a Investigação para a Paz estava com problemas para encontrar um cerne bem definido e uma identidade clara. A terceira crise prendeu-se com o êxito daquilo que fora importante na agenda inicial da Investigação para a Paz e dela sempre fizera parte integrante: a ideia de transcender a Guerra Fria.

A primeira crise, ocorrida por volta de 1970, teve uma envolvimento multifacetada. Entre os factores extrínsecos contavam-se a guerra do Vietname e a invasão da Checoslováquia pela União Soviética, bem como os levantamentos nas universidades e as polémicas de natureza científica e académica que aí eclodiram, particularmente nas Ciências Sociais. Toda essa vasta realidade é, por vezes, designada sinteticamente pela expressão “1968”. Entretanto, tivera já início o alargamento da Investigação para a Paz mediante a incorporação de novas tradições, incluindo de outras partes do mundo. A crise opôs os protagonistas da “velha agenda” (que estudava as causas da guerra, as dinâmicas armamentistas, os sistemas de paz, etc.) à “nova agenda”, que propunha debruçar-se sobre a exploração, a dominação e a dependência, o imperialismo, etc. A discussão então havida (IPRA, 1970) foi – para usar um eufemismo – bastante acesa, com o segundo grupo a acusar a agenda antiga de fazer “investigação para a pacificação” (em vez de uma investigação de tipo emancipatório), “investigação liberal para a paz” (em vez de investigação crítica), etc., ao passo que alguns dos membros do primeiro grupo acusavam a parte contrária de promover a revolução armada em nome da paz.

A primeira crise produziu diversos resultados. O mais importante foi que, no que às agendas dizia respeito, a comunidade dos investigadores para a paz depressa se inclinou para uma solução de tipo copulativo (x e y), preterindo assim qualquer opção de tipo disjuntivo (x ou y). Frustrados pelo facto de restar ainda demasiado da agenda contrária, os representantes da “linha dura” de cada uma das agendas tenderam, então, a abandonar a Investigação para a Paz, porém a comunidade no seu todo acabou por expandir os seus horizontes, como se pode verificar pelas agendas da investigação institucional, pelos programas e actas de congressos, etc. Tal não se deveu a uma mera “coexistência pacífica” entre as agendas, mas antes, nalguns casos, a um fenómeno de sinergias bem sucedidas. O programa estrutural de Johan Galtung englobava uma “teoria estrutural da violência”, em que a noção de violência estrutural surgia em contraponto com “paz

positiva(mente definida)”, nessa altura uma expressão já firmada: se “paz negativa(mente definida)” é a ausência de guerra, aquela era entendida como a ausência de violência estrutural. Esta nova noção começou por ser trabalhada do ponto de vista conceptual e teórico, mas depressa se seguiram estudos empíricos, nos quais a violência estrutural era operacionalizada através do recurso a dados estatísticos sobre a expectativa de vida, mortalidade infantil, etc. Uma outra obra de síntese foi a tese de doutoramento de Wallensteen (1973), um trabalho pioneiro em que se estabelecem relações empíricas entre as estruturas do comércio e as estruturas da guerra. Uma das conclusões principais desse trabalho foi que a tradicional convicção do pensamento liberal segundo a qual o comércio fomenta a paz era confirmada no caso de relações comerciais simétricas, enquanto a convicção inversa, associada à tradição leninista, encontra maior confirmação no caso de relações assimétricas.

De um modo geral, a crise acabaria por produzir efeitos benéficos: o período entre meados da década de sessenta e meados de setenta foi, de facto, uma época de crescimento rápido no que se refere ao número de instituições, revistas, e investigadores do tema da paz. Por volta de 1975, tornara-se evidente que a Investigação para a Paz viera para ficar. O crescimento continuou durante a década seguinte, mas agora a um ritmo mais modesto, e ao mesmo tempo que uma segunda crise se começava a desenhar.

Muito menos dramática que a primeira, a segunda crise não iria registar os mesmos confrontos espectaculares em congressos e nas páginas das revistas da área. Em grande medida, ela foi uma consequência da negociação bem sucedida em que se traduziu a primeira crise e da agenda amplamente alargada e completa que desta resultara. Quem lhe definiu bem a essência foi Hylke Tromp, que foi o segundo professor e director do *Polemologisch Instituut*, em Groningen:

[...] a Investigação para a Paz transformou-se naquilo que, na Astronomia, se chama um buraco negro. Não parece existir problema social que, em última análise, não tenha o seu lugar legítimo dentro da Investigação para a Paz e que, por conseguinte, não seja absorvido pelos processos definidores dessa mesma investigação. (Tromp, 1981: xxvii)

Tratou-se, em grande parte, de uma crise de identidade da Investigação para a Paz em geral, mas que se estendeu a muitos institutos em particular. O campo tornara-se tão vasto que se afigurava impossível a qualquer indivíduo isolado dominar toda a informação ou ir para além de contributos

sectoriais. Qualquer instituto que presuma abarcar a totalidade do campo da Investigação para a Paz arrisca-se a dispersar demasiado os seus recursos e a deixar de ser capaz de para ele contribuir de uma forma abalizada. Simplificando, digamos que é possível discernir dois tipos de institutos: aqueles cujo mandato e agenda eram, desde o início, razoavelmente limitados, e aqueles que tentaram reproduzir a agenda alargada da comunidade da Investigação para a Paz no seu conjunto. Entre estes últimos, alguns conseguiram enfrentar a crise estreitando o foco da sua investigação, assistindo-se à substituição da anterior multiplicidade de projectos por um número reduzido de grandes programas de investigação. Os institutos do primeiro tipo, ou que evoluíram nesse sentido, tenderam a sobreviver e a prosperar, ao passo que os do segundo tipo acabaram, frequentemente, por deparar com problemas, que nalguns casos se revelariam fatais. Entretanto, continuaram a criar-se novos institutos e o conjunto total dos recursos existentes e do número de investigadores continuou a aumentar durante a década de 1980, pelo que a segunda crise também acabaria por fazer mais bem do que mal à Investigação para a Paz.

A terceira crise foi causada por um factor completamente exógeno: o fim da Guerra Fria, previsto por alguns – se bem que, normalmente, pelas razões erradas –, e com Galtung (cujo discurso no congresso da END/ European Nuclear Disarmament em Berlim, no ano de 1983, importa recordar [Galtung, 1980]) a ser uma das raras excepções. Este acontecimento gerou uma grande reflexão no interior de várias disciplinas: porquê a incapacidade de o prever (Allan e Goldmann, 1995)? No que concretamente à Investigação para a Paz se referia, houve lugar a um debate interno acerca do caminho a seguir a partir de então: que tradições de investigação prosseguir e aprofundar? que tópicos acrescentar à agenda (Wiberg, 1995)? Colocavam-se também novas (ou velhíssimas) questões extrínsecas relativas à razão de ser e à identidade da Investigação para a Paz, o que em parte levou a travar “batalhas territoriais” com outras disciplinas (*v. abaixo*).

Os valores e a investigação para a paz

Um amplo consenso existente na Investigação para a Paz, pelo menos no plano dos princípios, diz respeito à orientação em função de valores. Uma série de editoriais saídos no *Journal of Peace Research (JPR)* a partir de 1964, bem como reiteradas declarações emanadas da Associação Internacional de Investigação para a Paz (IPRA), vêm acentuando a ideia de que a Investigação para a Paz tem a ver com – ou tem por base – valores (ou, numa outra formulação ainda, é “orientada para políticas” concretas). Johan Galtung (1996, cap. 1) propõe uma epistemologia mais geral para essa ideia

quando compara a Investigação para a Paz à Arquitectura ou à Medicina, por exemplo, cada uma das quais compreende um triângulo completo, composto por dados, teoria e valores (paz, saúde, beleza, etc. – tornando-se de seguida necessário especificar cada um dos vários aspectos). Algumas áreas do Direito, da Ética ou da Teologia ocupam-se de apenas um dos vértices: o das normas e valores. Certos domínios da ciência ou das Ciências Sociais centram-se exclusivamente num segundo vértice, desenvolvendo aspectos de conceptualização e de teoria, enquanto outras áreas se debruçam por inteiro sobre o terceiro vértice, coligindo e analisando dados ao mesmo tempo que crêem ser outros a ficar com a especulação teórica (“crêem”, já que alguma teoria subjaz sempre às medições de que resultam os dados). Algumas actividades de investigação científica aliam dois vértices: assim, e por exemplo, os dados e a teoria contrapõem-se de diversas formas (“gerando”, “confirmando/infirmado”, ou “desenvolvendo” teoria; “afinando” medições); e por seu lado os dados e as normas entram em relação sempre que um juiz ou juíza dá a sua sentença sobre se o comportamento demonstrado pelos factos viola o *corpus* de normas jurídicas que é sua função ministrar. O modelo ideal de Investigação para a Paz apresentado por Galtung correlaciona os três vértices do triângulo: valores, teoria, e dados.

Isto, por sua vez, conduz-nos a dois conjuntos de questões apontadas em direcções diferentes: por um lado, questões lógicas e epistemológicas que se prendem com as relações entre os valores e a investigação e, por outro lado, questões empíricas relativas ao trabalho concreto a que os investigadores da paz, efectivamente, se dedicam. A relação entre valores e investigação esteve presente nas diversas vagas em que o debate se processou, a primeira das quais ocorreu há um século. Nessa discussão participaram Windelband, Rickert, Dilthey e Weber, mantendo-se hoje ainda válidos muitos dos aspectos tratados. Uma segunda vaga está ligada à fase inicial do empirismo lógico das décadas de 1920 e 1930 (o “Círculo de Viena”), marcado pela ambição de purgar da linguagem científica, através da aplicação de critérios estritamente lógicos, toda e qualquer proposição metafísica e normativa. Algumas versões mais evoluídas desta posição reconheceriam que não é possível haver uma ciência absolutamente “livre de valores”, num certo sentido que esta expressão carregada de ambiguidade comporta. Mas já é possível desenvolver uma metodologia capaz de reduzir os preconceitos inconscientes gerados pelos valores que cada investigador traz consigo, como de resto propõe a linha de investigação presente no trabalho de referência de Lewis Fry Richardson (1960). Outra posição, explanada por Gunnar Myrdal (1958), será fazer com que as premissas dos valores subjacentes a

determinado estudo sejam explicitadas de forma tão clara que se torne possível verificar se as conclusões normativas decorrentes dos resultados da investigação estão em conformidade com essas premissas. Se não estiverem, é porque outros valores e premissas acabaram por se infiltrar, porventura de forma inconsciente, no esforço de investigação, tornando-se então importante descobrir quais são e de que modo terão enviesado todo o processo. O problema é, muitas vezes, mais difícil na prática do que na teoria: como sabemos quais as premissas dos valores com base nos quais agimos e também se fomos capazes de expor de uma maneira aberta e exacta as premissas incorporadas no conjunto da nossa análise?

A investigação feita sobre a própria investigação tem mostrado que é muito fácil os investigadores subestimarem a dificuldade que isto implica e sobrestimarem a sua capacidade de reflectirem sobre si mesmos. O problema não é, contudo, exclusivo da Investigação para a Paz, pelo que não será, aqui, aprofundado.

Quando diferentes culturas e correntes políticas diversas combinam valores de modos variados para nos dar a sua definição de “paz”, não surpreende que também surjam diferenças entre a comunidade de investigadores. Há uma corrente que sempre identificou a “paz” com a “ausência de guerra”, que afinal é o menor denominador comum dos conceitos de paz presentes nas diferentes culturas. Outros autores, na esteira de São Tomás de Aquino, Martin Luther King (1963), e outros, defenderam que esta visão é demasiado redutora e que a ocorrência da paz exige a presença de outros valores. À paz definida como ausência de algo (a guerra) chamou-se, tradicionalmente, “paz negativamente definida” – ou, de forma abreviada, “paz negativa” –, ao passo que a expressão “paz positiva” designava a paz definida pela presença de alguma coisa. Ambos os termos são algo infelizes, porquanto parecem comportar conotações valorativas, o que não seria sua intenção; no entanto acabaram por se firmar com solidez. A lógica é, também, um pouco arbitrária: já aquando do debate ocorrido durante a primeira crise, os novos valores eram definidos de uma maneira ou de outra, ou seja, quer como presença (justiça social, liberdade), quer como ausência (de exploração, dependência e dominação). Desde a década de 1960, propuseram-se valores diversos para suprir a ausência da violência física; os principais candidatos, hoje em dia, parecem ser os seguintes: 1) a equidade ou bem-estar (isto é, a ausência de uma violência estrutural); 2) a liberdade (ausência de opressão); 3) a identidade (ausência de alienação ou de violência cultural). O debate irá, por certo, manter-se, e para a pesquisa séria e competente não constituirá qualquer problema que diferentes programas de investigação se centrem em diferentes (combinações de) valores. Basta

que cada programa explicita quais os valores que conota quando fala em “paz”, quer dizer, quais as premissas dos valores em que se baseia. Não se pode dizer que a investigação na área da Medicina tenha sofrido muito pelo facto de não haver uma definição exacta e consensual do que é a “saúde”.

Regressemos agora ao nosso triângulo fazendo uma outra pergunta: a que nível se deve funcionar? São muito poucos os estudiosos dotados da capacidade de Galtung para funcionar de maneira competente com os três vértices, pelo que não faz muito sentido usar este aspecto como critério para apurar se aquilo que um determinado estudioso está a fazer é Investigação para a Paz. Na maioria dos casos, impõe-se uma divisão implícita ou explícita do trabalho, em que alguns especialistas recolhem dados – por exemplo, para facultar uma base capaz de sustentar aferições normativas, ou para testar hipóteses – enquanto outros especialistas se ocupam do aprofundamento teórico e os generalistas procuram combinar os três vértices. O nível relevante, para uma “triangulação” deste tipo, pode, portanto, ser todo um programa de investigação situado num só instituto ou, inclusivamente, uma rede de estudiosos, de programas e de institutos trabalhando em colaboração, ainda que geograficamente dispersos.

Uma investigação orientada para políticas concretas – mas políticas de quem?

Em vez de “orientada para valores”, diz-se por vezes da Investigação para a Paz que é (ou que se esforça por ser) “orientada para políticas”. Nos seus primeiros anos, o *Journal of Peace Research* incentivava os autores a concluir os artigos com uma secção dedicada a recomendações concretas. Mas cedo a prática foi abandonada; acontece que ela se revelava amiúde extremamente artificial, quando era grande o fosso entre o tema em análise e as eventuais políticas a seguir: as recomendações ora tendiam a ter uma sustentação muito frágil na análise, ora eram de molde a necessitar de muitas reservas no tocante à comparação das variáveis, e noutros casos ainda eram de tal modo abstractas que acabavam por se revelar pouco relevantes no respeitante às políticas efectivas. Por mais louvável que, em princípio, se afigure (Wiberg, 2003), a investigação em função de políticas concretas suscita diversos problemas. Um dos problemas é traduzido pela pergunta, “Políticas de quem?” Uma resposta frequente é que se trata das “políticas dos decisores”, querendo-se com isso, normalmente, significar tanto os governos e parlamentos ao nível nacional como as organizações de âmbito internacional. Tal resposta tem o mérito de ir directamente àqueles que decidem em matéria de políticas, aspirando assumir o papel de assessores

especializados; ela tem, contudo, algumas desvantagens também. Uma das desvantagens é que pode suceder que o valor “paz” seja partilhado pelos decisores e, inclusivamente, mencionado especificamente pelo investigador, mas é pouco provável que esse seja o seu único valor, sendo até frequente possuir uma prioridade mais baixa que outros valores. O investigador da paz pode, assim, estar a buscar respostas para outras perguntas que não aquelas que preocupam os decisores, os quais por sua vez poderão estar mais interessados na maneira de evitar uma dada ameaça ou obter este ou aquele ganho sem aumentar excessivamente o risco de guerra. Nalguns casos, como o das administrações dos EUA após a Guerra Fria, poderá até haver razões para suspeitar que a guerra era exactamente o objectivo pretendido, e sob vários pretextos; nesse contexto, afigura-se fútil qualquer aconselhamento no sentido de a evitar.

As situações decisórias com que se confrontam os governos e órgãos afins caracterizam-se, frequentemente, por aquilo a que o sociólogo sueco Johan Asplund (1979) chamou “ignorância precária”: essas entidades sabem que sabem muito pouco, ao mesmo tempo que, seja qual for a decisão que tomem, esta pode trazer consequências desastrosas. Torna-se, então, importante, para acautelar futuros alibis políticos, que haja unanimidade entre os especialistas; os que são consultados a título oficial tendem, à partida, a ser seleccionados com vista a obter-se essa unanimidade. Falando, em certa ocasião, a uma plateia em Lund, na Suécia, Hans Morgenthau contou que, quando se dirigia para a sua primeira reunião na Casa Branca na qualidade de novo conselheiro da administração Kennedy, disse a um amigo que já ali trabalhava que havia preparado diversas medidas políticas em alternativa, obtendo como resposta que estava completamente enganado quanto à tarefa que dele se esperava, uma vez que o seu trabalho era eliminar alternativas, não engendrâ-las.

Um outro problema se coloca no que toca ao acesso aos decisores: habitualmente é dado como assente que, para fazer passar qualquer mensagem, há que “falar a linguagem deles”, ou – para usar uma terminologia mais recente – “cingir-se ao discurso dominante”. O problema com isto é que esse discurso dominante pode ter laivos do “Newspeak” orwelliano (Orwell, 1949), sendo construído de maneira tal que quem quer que lhe questione os pressupostos básicos arrisca-se a parecer ignorante, incoerente, ou imoral. Nos casos mais graves, “falar a linguagem deles” deixa pouco de significativo para ser dito, quer isso se fique a dever a processos complexos, quer resulte de uma manipulação das mensagens ditada pela obtenção dos objectivos pretendidos. Uma tese central, presente já em Berger e Luckmann (1966), capta o essencial da ideia de Orwell: o poder é o poder de definir a realidade.

Uma alternativa a “falar a linguagem deles” é verter os resultados da investigação em respeitável estilo académico, com todas as reservas e restrições necessárias para que se não diga mais do que aquilo que pode ser afirmado em base sólida. Mas os decisores raramente dispõem de tempo para ler – e se lêem, é o tipo de escrita produzida por jornalistas assoberbados com trabalho e sujeitos a prazos apertados e a normas profissionais estritas quanto àquilo que constitui “notícia”.

Tudo isto são problemas, mas não são problemas insuperáveis: alguns investigadores poderão até, eventualmente, possuir uma mensagem a que os decisores sejam receptivos, bem como o conjunto de atributos necessários para a fazer passar. Muitos outros tentarão outra via para veicular as suas recomendações quanto às políticas a adoptar, preferindo dirigir-se às forças da oposição, aos movimentos para a paz e a outras ONGs ou à opinião pública em geral, em vez de tentarem furar as barreiras das assessorias e de todos os controlos de que se fazem rodear os poderes vigentes. Isto pode reduzir o problema do acesso, mas por certo que o não elimina: os grandes meios de comunicação de massas, e muito particularmente a televisão, também têm os seus controlos (os “gatekeepers”). Pode igualmente reduzir a dificuldade que é fazer passar os resultados da investigação, mas as organizações para a paz, bem como os partidos políticos, etc., não diferem grandemente dos ministérios dos Negócios Estrangeiros: é frequente terem as suas próprias ortodoxias, ainda que de conteúdo diverso ou mesmo contrário. No entanto, estas entidades podem revelar-se menos irreduzíveis, mais maleáveis, possibilitando a criação de algo próximo daquilo a que Habermas chama a situação de diálogo ideal, em que o que conta são os argumentos e não o poder. Neste caso, o papel continua a ser o de conselheiro, se bem que o destinatário seja mais empático e mais receptivo.

O investigador pode também ir para além deste papel, trabalhando com a – ou até na – organização a que a recomendação é feita. Nesse caso, são necessárias capacidades intelectuais e competências sociais adicionais, no entanto são muitos os exemplos bem sucedidos que é possível referir. A TRANSCEND, organização encabeçada por Johan Galtung, dirige uma universidade “online” e faz consultoria em muitos conflitos por todo o mundo. A Fundação Transnacional para os Estudos sobre a Paz e o Futuro (Transnational Foundation for Peace and Future Research – TFF), sediada em Lund, dirige uma página electrónica com milhares de acessos diários e também já prestou serviços de consultoria em diversos conflitos. O projecto INCORE, da Universidade do Ulster, granjeou reputação à escala global por aliar análises e consultorias de reconhecida qualidade científica.

Aí levantam-se novos problemas: será possível ser-se, ao mesmo tempo, político (porventura num sentido amplo do termo) e cientista? Max Weber (1919a, 1919b) defendia que se trata de vocações diferentes, com regras tão diferentes que dificilmente é possível conciliá-las, e a verdade é que nunca ninguém o refutou de forma convincente. Uma solução poderá ser, então, alternar entre um papel e outro, em vez de tentar em vão assumi-los em simultâneo; um problema que esta solução suscita é que as pessoas que andam há muito na política poderão achar difícil readaptar-se àquilo que, segundo as normas muito mais restritivas do mundo académico, constitui um argumento respeitável, uma prova relevante, uma lógica vinculativa, etc. Mas um consultor competente pode, desde que seja capaz de manter algum distanciamento, servir de intermediário ou “tradutor” entre o mundo do estudioso e o mundo da política.

Outro papel alternativo será o de Cassandra. Homero conta que os deuses haviam concedido a Cassandra o dom de prever o futuro, se bem que acompanhado da maldição que era o facto de ninguém nela acreditar. As suas previsões sobre, por exemplo, o Cavalo de Tróia seriam, por isso, ignoradas, só depois dos factos se reconhecendo que teria sido sensato escutá-la. Mais do que apresentar alternativas, a essência do papel de Cassandra consiste em lançar avisos quanto às consequências previsíveis de certas linhas de acção (ou de inacção), e quiçá até ver nelas uma armadilha a evitar: quando os decisores perguntam “Mas qual é a alternativa que propõe?”, o que normalmente isso subentende é uma alternativa que tenha por base as premissas deles, e que por sua vez, dada a lógica do “Newspeak”, será um alvo fácil de abater. Esta abordagem tende a basear-se numa avaliação das motivações dos dirigentes políticos feita mais a partir daquilo que é a sua acção efectiva do que das palavras que proferem. Se isto ainda não bastar para se fazer ouvir, entra também em acção a psicologia social da dissonância cognitiva: os actores que acham que têm boas razões para agir como agem tenderão igualmente a achar que essas acções produzirão bons efeitos – filtrando assim, à partida, as mensagens de sentido contrário. Acresce que quem se coloca no papel de Cassandra tem que produzir afirmações sobre o futuro, as quais não só são difíceis de avaliar *a priori* (Wiberg, 1976) como são algo que os padrões académicos tradicionais costumam evitar, pelo menos até que o futuro a que tais afirmações se referem tenha já passado e as hipóteses nelas contidas hajam sido confirmadas – ou infirmadas.

Uma Investigação para a Paz orientada para políticas concretas é algo que pode, portanto, significar diferentes coisas e conduzir à assunção de diferentes papéis. Saber qual desses papéis é mais adequado depende, entre outras coisas, do conjunto de questões a investigar, da estrutura política e

mediática do país do investigador ou investigadora, e daquilo que a sua particular personalidade e competências sociais lhe permitem, ou não, fazer. A melhor oportunidade de disseminar a Investigação para a Paz talvez passe pela possibilidade de pelo menos alguns investigadores desempenharem a totalidade desses papéis.

O que os investigadores da paz fazem em concreto

Que uma coisa são as declarações programáticas e outra é a investigação efectivamente feita, eis uma verdade que não é menos válida no caso da Investigação para a Paz do que nas demais disciplinas. Daí que se imponha formular uma importante questão empírica, que é a seguinte: até que ponto é que a Investigação para a Paz, com a sua auto-imagem reiteradamente configurada em termos de uma orientação para valores, se compagina com a realidade efectiva da investigação? A questão não é tão linear como pode parecer. Se quisermos saber quais as tendências do pensamento dos investigadores da paz, deveríamos proceder a inquéritos sociológicos para averiguar se estes consideram “a orientação no sentido de valores” ou a “relevância política” um ideal normativo – ou sequer uma descrição adequada. Se o que nos interessa é mais aquilo que eles efectivamente fazem, parece então que o que se impõe é levar a cabo uma análise de conteúdo daquilo que de facto é apresentado no âmbito dos congressos ou publicado nas revistas da especialidade – devendo, no entanto, proceder-se previamente a uma delimitação daquilo que são os estudiosos, os institutos, os congressos ou as publicações da “Investigação para a Paz”. Contudo, mesmo que nos circunscrevamos às instituições que nitidamente se identificam com a Investigação para a Paz, como sejam a *JPR* ou a *IPRA*, estou plenamente convencido – ainda que carecendo de fundamento numa análise quantitativa – que a maioria das publicações existentes não tem, explicitamente, a ver com valores. Mas isso não põe termo à discussão. Com efeito, ficam ainda questões por colocar, dependendo de como definimos o problema. A orientação no sentido de valores pode ser implícita e não, propriamente, algo de explicitamente formulado. Assim, pode por exemplo suceder uma determinada publicação surgir desprendida de valores, mas ao mesmo tempo ser parte integrante de um programa de investigação mais amplo e enformado por valores, que dela só estarão ausentes devido a uma eventual divisão do trabalho.

A luta pelo território cognitivo

A história das disciplinas académicas é marcada pelas sucessivas cisões e especializações daquilo que outrora foram a Teologia, a Filosofia, a Medicina e o Direito. As Ciências Naturais emanciparam-se da Filosofia há alguns

séculos, tendo-se depois dividido num número crescente de disciplinas; no que se refere às Ciências Sociais, este processo começou no século XIX ou mesmo no século XX, tendo a gênese das diferentes disciplinas variado ligeiramente entre os diversos sistemas académicos dos diferentes países e regiões. Em alguns casos, as Ciências Políticas nasceram directamente da Filosofia (por vezes com passagem pela “Filosofia Política”), noutros casos, resultaram da fractura da História ou da Estatística. Na sequência deste e de outros processos, temos hoje uma concatenação de áreas de investigação vagamente delimitadas, ou seja, todo um território cognitivo, e quatro disciplinas que, em coligações mutáveis, por ele competem entre si: as Ciências Políticas, as Relações Internacionais, os Estudos Estratégicos e a Investigação para a Paz. As Ciências Políticas são a mais antiga; quanto às restantes, ou foram criadas a partir das Ciências Políticas, ou começaram “do zero”. A primeira cadeira de Relações Internacionais foi criada em Aberystwyth após a I Guerra Mundial graças ao donativo de um Quaker que acreditava que uma melhor compreensão do sistema internacional seria capaz de torná-lo um sistema mais pacífico. Nalguns países existem cadeiras autónomas de Relações Internacionais, enquanto noutros as Ciências Políticas lograram manter a posse deste território. Fruto de decisões políticas ou de iniciativas da sociedade civil, criaram-se, em muitos casos, institutos de Estudos Estratégicos e de Assuntos Internacionais, normalmente fora do sistema universitário. Alguns dos institutos de Investigação para a Paz existentes nas universidades dos países nórdicos foram criados inteiramente de novo (e não através de subdivisões disciplinares). É o caso, por exemplo, da cadeira existente na Universidade de Oslo e dos departamentos existentes em Lund, Gotemburgo e Uppsala. Noutros casos, assistiu-se à criação de instituições independentes: o SIPRI, em Estocolmo; o TAPRI, em Tampere (posteriormente integrado na universidade); o PRIO, em Oslo; o Instituto Vida e Paz, em Uppsala; o COPRI, em Copenhaga; a Fundação Transnacional para a Investigação sobre a Paz e o Futuro, em Lund; etc.

Nalguns países e em determinados períodos, o grau de organização e o posicionamento das Ciências Políticas eram tais que lhes permitiram reclamar a totalidade do território e impedir que qualquer outra tribo chamasse a si uma parcela. Noutros casos, só uma disciplina (as Relações Internacionais, os Estudos Estratégicos, ou a Investigação para a Paz) conseguiu afirmar-se com a sua identidade própria. Nas situações de coexistência das disciplinas todas, assiste-se a coligações várias. Podemos ter situações de três contra um, que pode ser as Ciências Políticas contra os três restantes, irmanados no interesse comum que será a defesa de identidades separadas;

ou podemos ter todos contra a Investigação para a Paz, sendo o interesse comum, nesse caso, a existência de paradigmas largamente coincidentes. Podem formar-se também coligações de dois contra dois, segundo os alinhamentos ideológicos ou com base em interesses comuns. Assim, e por exemplo, a Investigação para a Paz e os Estudos Estratégicos sempre tenderam, por tradição, a ter orientações claramente diferentes e até antitéticas, não obstante esse pendor ter passado a ser menos marcado a partir do momento em que uma e outros se viram intelectualmente postos em causa por Barry Buzan (1982). O facto de ambos tenderem a definir-se a si próprios como “investigação aplicada” conferiu-lhes – ao contrário do que sucede com as Ciências Políticas e as Relações Internacionais, “puramente académicas” – uma base de interesse comum, apostada em estabelecer critérios de qualidade fixos e caracterizados por uma neutralidade equidistante da investigação “aplicada”, por um lado e, por outro, da investigação “académica” ou “básica”, que deste modo não sai favorecida.

Podem ser que seja impossível dar definições não-ambíguas do território e dos sub-territórios disputados pelas quatro disciplinas, até porque as respectivas pretensões variam com alguma frequência. No entanto, é possível apontar algumas linhas divisórias. Uma delas é a distinção entre nacional e internacional, com base na qual as Relações Internacionais tendem a reivindicar uma identidade própria, por sua vez frequentemente questionada pelas Ciências Políticas, que para si reclamam os dois lados dessa divisória. Dir-se-ia, nesse caso, que os Estudos Estratégicos estudavam o sistema internacional de uma perspectiva “nacional” (ou da perspectiva de uma aliança), enquanto a Investigação para a Paz o fazia a partir de uma perspectiva internacional. Uma outra base para estabelecer distinções será definindo que tipos de instituições e de relações constituem o objecto de estudo: só as de natureza política (independentemente de como as definamos), ou um leque mais amplo? Incluímos apenas as relações e instituições que determinam a guerra e a paz, ou alargamos o âmbito? No primeiro caso, as Relações Internacionais poderão reivindicar uma identidade distinta das Ciências Políticas, com base no argumento do “alargamento de âmbito”; no segundo caso, as Relações Internacionais poderão reivindicar a totalidade do território da Investigação para a Paz (bem como dos Estudos Estratégicos), insistindo que as Relações Internacionais têm um âmbito mais vasto. O contra-argumento da Investigação para a Paz poderá, nesse caso, ser que a Investigação para a Paz cobre um território que as Relações Internacionais não podem reivindicar para si: os conflitos, a paz e a guerra no interior dos espaços nacionais. Ou então poderá argumentar em sentido contrário, dizendo que, pelo facto de as Relações Internacionais terem um âmbito

mais vasto, a Investigação para a Paz constitui uma especialização adequada – que é o mesmo argumento que as Relações Internacionais utilizam com relação às Ciências Políticas.

Qualquer exercício a que se proceda no sentido de cartografar este território acaba por deparar com complicações acrescidas. Em primeiro lugar, podemos guiar-nos pelas autodefinições abstractas das diferentes disciplinas – por aquilo a que “em princípio” elas se dedicam ou se propõem –, ou podemos proceder a um levantamento do tipo de investigação efectivamente levado a cabo nos diversos institutos. Em segundo lugar, colocam-se questões complexas quanto à interacção entre fenómenos e relações de âmbito intra- e inter-nacional; as linhas de demarcação serão afectadas não só por eventuais desenvolvimentos políticos mas também pelos novos resultados da investigação. Assiste-se a uma intervenção frequente e porventura crescente, por parte de outras nações, naquilo a que dantes se chamava guerras civis, e essa ligação pode ser utilizada pelas diferentes disciplinas na disputa que mantêm entre si. Estas batalhas em torno das definições tendem a surgir – ou a sofrer uma escalada – sempre que há território a (re)distribuir, como, por exemplo, na sequência de relatórios governamentais ou aquando da criação de novas cadeiras ou de novos institutos.

Perspectivas de futuro

Para obteremos um quadro relativamente rigoroso da situação, começemos pela vertente extrínseca, a das instituições e dos recursos, e limitemo-nos ao canto nordeste da Europa, pois uma abordagem deste tipo é preferível a uma análise forçosamente mais vaga de uma região mais vasta. Numa apreciação global, registaram-se nos últimos anos novos progressos na Investigação para a Paz. O balanço é totalmente positivo no caso da Noruega, com a criação em 2003, no âmbito do PRIO, em Oslo, de um Centro de Excelência com boas dotações financeiras e dedicado ao estudo dos diferentes tipos de guerra civil; a criação recente do Centro de Estudos para a Paz da Universidade de Tromsø; e os planos para a criação, na Universidade de Oslo, de uma nova cadeira relacionada com a Investigação para a Paz. Na Suécia, foi criada uma segunda cadeira no Departamento para a Investigação sobre a Paz e os Conflitos, de Uppsala, e o número de candidatos ao novo programa de Investigação para a Paz e direitos humanos da Universidade de Malmö foi dezenas de vezes superior ao número de vagas disponíveis. Na Alemanha, o acontecimento de maior destaque foi a criação, há alguns anos, de um fundo de 50 milhões de marcos destinado a promover o estudo científico e o ensino da Investigação para a Paz nas universidades alemãs. Em 2004, a Universidade estatal de São Petersburgo

inaugurou um instituto de Investigação para a Paz. Pelo lado negativo, há a contabilizar a perda do estatuto de autonomia do TAPRI, na Finlândia, que passou a estar dependente de um departamento universitário (mais um resultado tardio da segunda crise do que propriamente consequência da terceira), e o encerramento do COPRI, em 2002, na sequência da chegada ao poder na Dinamarca, pela primeira vez em décadas, de um governo exclusivamente de direita (COPRI, 2002; Guzzini e Jung, 2004). Em termos puramente quantitativos, e não obstante estes reveses, a Investigação para a Paz na Europa do Norte encontra-se mais forte do que nunca, quer se use como medida o número de estudantes de licenciatura ou de pós-graduação, as teses de doutoramento, o número de funcionários, a totalidade dos recursos económicos empregues, etc. Apesar de esta ser ainda a região com a mais elevada “densidade de investigação sobre a paz” da Europa, outros institutos têm surgido noutras regiões do continente, tanto a sudeste como entre os países latinos. É o caso, concretamente, do aparecimento de vários institutos em França, Itália, Espanha e agora, também, de um primeiro centro localizado na Universidade de Coimbra, em Portugal.

A paz por meios pacíficos

Com a crescente institucionalização da Investigação para a Paz, é provável vírmos a assistir a novos episódios da luta pelos territórios cognitivos, numa disputa em que as Ciências Políticas e as Relações Internacionais se apresentam como os principais candidatos. Há quem defenda que a Investigação para a Paz, sendo um produto da Guerra Fria, devia, agora que esta chegou ao fim, ser também dada por encerrada (se bem que quem assim pensa não tire idêntica conclusão, por exemplo, no que se refere à NATO). Há também quem defenda que ela devia fundir-se com as Relações Internacionais (mas mantendo a designação de “Relações Internacionais”, não a de “Investigação para a Paz”). A disputa territorial e todo o debate envolvente não-de, sem dúvida, continuar. No conjunto do território cognitivo, há algumas áreas – como, por exemplo, a investigação quanto às causas da guerra – que são reivindicadas por várias disciplinas ao mesmo tempo. E aqui, a Investigação para a Paz e os seus institutos defrontam-se, frequentemente, com o seguinte dilema: se a concorrência científica lhe não corre de feição, corre o risco de ver os institutos encerrados, e se corre demasiado bem, arrisca-se a que estes se fundam com outros. Perante isso, ela pode necessitar de reforçar certas áreas de investigação para as quais consiga reclamar uma especial singularidade ou em que possua tradições firmadas. Uma opção que aí se coloca será regressar às origens da Investigação para a

Paz, quando “a paz por meios pacíficos” era algo que estava ainda implícito, se não mesmo explícito, como vemos em Galtung (1996). As ideias então propostas no sentido de ultrapassar a Guerra Fria não passavam, seguramente, pela vitória militar de um dos lados sobre o outro, e quanto a esse ponto não havia grande desacordo. No decurso da primeira crise surgiram noções de “violência benigna” (isto é, de lutar contra os regimes opressivos e, por vezes, contra as grandes potências que os apoiavam), mas normalmente os protagonistas (de esquerda) abandonavam a Investigação para a Paz quando viam que não conseguiam, neste capítulo, influência de maneira significativa a comunidade de investigadores. Alguns dos argumentos contra essa influência podemos ir buscá-los à análise proposta por Gene Sharp em *The Politics of Non-violent Action* (1973). Nesta obra monumental, Sharp sustenta que, mesmo nos casos em que tal violência é bem sucedida, ela tende a deixar atrás de si uma pesada herança que consiste em passar a ver a violência como uma instrumento político legítimo, seja por parte do novo regime, seja por parte dos seus adversários.

Posteriormente, assistiu-se a novo desentendimento no seio da comunidade dos investigadores da paz, desencadeado pela dissolução da antiga Jugoslávia: de um lado estavam os que, munidos de argumentos diversos, se opunham à intervenção militar por parte das grandes potências, enquanto do outro lado se perfilavam aqueles que, usando outros argumentos, não só apoiavam essa intervenção como até apelavam a que ela tivesse lugar. Algo de decisivo se passara desde os primeiros anos, quando a não-violência tinha uma presença muito mais assídua na agenda, fosse na versão gandhiana de Galtung, fosse nos termos mais pragmáticos de Sharp, fosse nos termos clausewitzianos de Boserup e Mack (1975). De nenhum destes autores se pode dizer que fosse um pacifista radical, que de todo rejeitasse o uso da violência fosse em que circunstâncias fosse (como, de resto, nem com o próprio Gandhi ou com Luther King se verificou). A questão, bem diversa, é que as perspectivas de não-violência eram de tal modo subestimadas – como subestimados eram os custos, a longo prazo, do recurso à violência –, que tal recurso, mais do que uma solução promissora, seria sobretudo visto como uma capitulação moral e intelectual.

Acresce que, desde então, é longa a lista dos exemplos de não-violência bem sucedida que vieram juntar-se aos casos clássicos tratados pelos autores acima referidos. Deste modo, assistiu-se ao derrube de regimes opressivos de índole diversa em vastas regiões da Europa, assim como em vários países da América Latina, da Ásia e de outras zonas do mundo. A comunidade de investigadores europeus da paz tem feito muitíssimo pouco para estudar este vasto conjunto de casos com maior profundidade, para daí

retirar ilações quanto ao futuro. Os estudos mais clássicos versam as formas de resistência não-violenta na Dinamarca, na Noruega e nalguns outros países durante a II Guerra Mundial, e alguns desses trabalhos debruçam-se ainda sobre a derrota do golpe de 1961 na Argélia e a resistência vivida na Checoslováquia nos anos de 1968-69. Desde então, surgiram estudos relativos ao processo polaco de aprendizagem da acção não-violenta (*JPR*, 1982) e à libertação da Lituânia (Miniotaite, 2002). É, porém, flagrante a escassez (pelo menos em língua inglesa) de análises relativas a todos os outros casos. Mesmo que nos restrinjamos à Europa e ao período posterior a esse primeiro caso de sucesso que foi o ocorrido em Portugal no ano de 1974, verificamos que a sociedade civil derrubou regimes autoritários na Espanha, na Grécia, na Polónia, na Alemanha de Leste, na Checoslováquia, na Hungria, na Bulgária, na Albânia, em muitas regiões da antiga União Soviética (incluindo a própria Rússia), e ainda na Sérvia e na Geórgia, facto que é, por isso mesmo, merecedor de uma atenção muito particular. Existe, enfim, muito material a estudar e a comparar.

Mas a noção de chegar à paz por meios pacíficos vai muito para além da acção não-violenta. Data de há muito tempo a busca de alternativas à guerra ou à ameaça de guerra como parte do esforço para influenciar os regimes desviantes, e a ideia de sanções económicas cedo marcou a sua presença nos institutos de Investigação para a Paz (Galtung, 1967; Wallensteen, 1968), como de resto acontece ainda hoje (Wallensteen, 2000). O optimismo inicial teve que ser revisto quando se verificou que as sanções económicas eram, muitas vezes, contraproducentes e, além disso, bastante mais mortíferas para as populações civis do que propriamente uma guerra de grandes proporções (como se tornou notório no Iraque), pelo que todo o programa de investigação teve que ser refeito em conformidade.

Nos primeiros tempos da Investigação para a Paz, debateu-se a hipótese de uma abordagem ainda mais ampla: a criação de sistemas de paz. Tal debate foi, muitas vezes, teórico e normativo, mas tem-se assistido ao aumento crescente de casos empíricos passíveis de estudo. A região dos países nórdicos foi um dos primeiros exemplos disto, salientado em Karl Deutsch *et al.* (uma obra de 1957, que a este propósito usa a expressão “comunidade de segurança”). O desenvolvimento de longo prazo do sistema era algo que se encontrava na agenda inicial da Investigação para a Paz dos países nórdicos (Wallensteen *et al.*, 1973), havendo estudos recentes sobre o modo como o sistema conseguiu achar soluções pacíficas para uma longa lista de conflitos respeitantes a aspectos tão explosivos como sejam as questões do território, da autonomia, da independência e da língua (Wiberg, 2000a e 2000b; Archer e Joenniemi, 2003). Se os países nórdicos (e o

Benelux) constituíram um caso singular neste capítulo, a verdade é que já não o são: hoje em dia, a UE parece ter-se tornado, no contexto mais geral da Europa, um sistema de paz, no interior do qual ninguém espera que os eventuais conflitos, mesmo se graves, conduzam a ameaças militares internas – se bem que este aspecto da questão pareça ter atraído um escasso interesse no que concerne a investigação (uma lacuna que o artigo de Rodrigo Tavares, incluído no presente número, visa preencher); ao mesmo tempo, assistimos também ao surgimento de sistemas de paz no Sul da Ásia e no hemisfério ocidental.

Depara-se-nos aqui uma vasta área de estudo, especialmente se para isso for convocada uma concepção multidimensional de paz. A ausência de guerra, ou mesmo de ameaça de guerra, não constitui senão um aspecto: resta ver que sistemas vão ao encontro dos outros valores constantes das concepções de paz e até que ponto, e quais as relações recíprocas entre este facto e a abolição dos meios militares na transformação dos respectivos conflitos internos.

Tradução de
João Paulo Moreira

Referências Bibliográficas

- Allan, Pierre; Goldmann, Kjell (orgs.) (1995), *The End of the Cold War: Evaluating Theories of International Relations*. Amsterdam: Kluwer Law International.
- Archer, Clive; Joenniemi, Pertti (orgs.) (2003), *Nordic Peace*. Aldershot: Ashgate.
- Asplund, Johan (1979), *Teorier om framtiden*. Stockholm: Liber.
- Berger, Peter L.; Luckman, Thomas (1966), *The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge*. Garden City, New York: Doubleday.
- Boserup, Anders; Mack, Andrew (1975), *War Without Weapons. Non-Violence in National Defence*. New York: Schocken Books.
- Boulding, Elise; Passmore, J. Robert; Gassler, Robert. S. (1979), *Bibliography on World Conflict and Peace*. Boulder, CO: Westview.
- Boulding, Elise; Väyrynen, Raimo (1979), “Peace Research. The Infant Discipline”, in Stein Rokkan (org.), *A Quarter Century of International Social Science*. New Delhi: Concept.
- Buzan, Barry (1982), *People, States and Fear*. Hemel Hempstead: Harvester/Wheatsheaf.
- Chatfield, Charles (1979), “International Peace Research: The Field Defined by Dissemination”, *Journal of Peace Research*, 18(2).
- COPRI (2002), *COPRI: Final Report, 1985-2002*. Copenhagen: Copenhagen Peace Research Institute (Working Paper No. 40).

- Deutsch, Karl; Burrell, Sidney; Kann, Robert; Lee Jr., Maurice; Lichterman, Martin; Lindgren, Raymond; Loewenheim, Francis; Van Wagenen, Richard (1957), *Political Community and the North Atlantic Area*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Dungen, Peter van den (1977), "Varieties of Peace Science: A Historical Note", *Journal of Peace Science*, 2(2).
- Dungen, Peter van den (1981), *Foundations of Peace Research*. London: Housmans.
- Gallie, Walter Bryce (1956), "Essentially Contested Concepts", *Proceedings of the Aristotelian Society*, 56, 167-220.
- Galtung, Johan (1967), "On the Effects of Economic Sanctions", *World Politics*, 19, 3.
- Galtung, Johan (1980), "On the Eastern European Social Formations", *Papers in English* 1980. Oslo: PRIO, publication S-26/80.
- Galtung, Johan (1981), "Social Cosmology and the Concept of Peace", *Journal of Peace Research*, 18, 2.
- Galtung, Johan (1996), *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization*. London: Sage.
- Gleditsch, Nils Petter (1987), "Journal of Peace Research 1964-87". Oslo: PRIO.
- Guzzini, Stefano; Jung, Dietrich (2004), *Contemporary Security Research and Copenhagen Peace Research*. London: Routledge.
- Hook, Glenn; Kan, Hideki (1983), "Peace Research in Japan", *International Peace Research Association Newsletter*, 21, 2.
- IPRA (1970), *Proceedings of the International Peace Research Association Third Conference*, vol. I. Assen: van Gorcum.
- Ishida, Takeshi (1969), "Beyond The Traditional Concepts Of Peace In Different Cultures", *Journal of Peace Research*, 6, 2.
- JPR (1964), Editorial, *Journal of Peace Research*, 1, 1.
- JPR (1982), Special Issue: Poles on Poland. *Journal of Peace Research*, 19, 2.
- King, Martin Luther (1963), *Letter from Birmingham Jail*, 16 de Abril de 1963. almaz.com/nobel/peace/MLK-jail.
- Kodama, Katsuya (2004), *History of International Peace Research Association*. Kamihama: IPRA.
- Koppe, Karlheinz (2001), *Der vergessene Frieden. Friedensvorstellungen von der Antike bis zur Gegenwart*. Opladen: Leske + Budrich.
- Koppe, Karlheinz; Reichardt, Wolfgang (orgs.) (1994), *Geschichte der Friedensforschung*. Hagen: Fernuniversität.
- Miniotaite, Grazina (2002), *Nonviolent Resistance in Lithuania. A Story of Peaceful Liberation*. Boston: Albert Einstein Institution.
- Myrdal, Gunnar (1958), *Value in Social Science*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Orwell, George (1949), *Nineteen Eighty-Four*. London: Secker & Warburg.
- Peace and World Order Studies: A Curriculum Guide* (1981). New York: Institute for World Order.

- Richardson, Lewis Fry (1960), *Statistics of Deadly Quarrels*. Chicago: Quadrangle Books.
- Scharffenorth, Gerta; Huber, Wolfgang (orgs.) (1983), *Neue Bibliographie zur Friedensforschung*. München: Kösel.
- Sharp, Gene (1973), *The Politics of Nonviolent Action, Part 1-3*. Boston: Porter Sargent.
- Trittmann, Uwe; Schmidt, Hajo (orgs.) (2002), *Kultur und Konflikt: Dialog mit Johan Galtung*. Münster: Agenda.
- Tromp, Hylke (1981), "Introduction: Changing Perspectives in Peace Research", in *UNESCO Yearbook of Peace and Conflict Studies 1980*. Westport, CN: Greenwood Press.
- UNESCO (2000), *World Directory of Peace Research and Training Institutes*. Paris: UNESCO.
- Wallensteen, Peter (1968), "Characteristics of Economic Sanctions", *Journal of Peace Research*, 5, 3.
- Wallensteen, Peter (1973), *Structure and War. On International Relations, 1920-68*. Stockholm: Rabén & Sjögren.
- Wallensteen, Peter (2000), *A Century of Economic Sanctions: A Field Revisited*. Uppsala: Uppsala University, Dept. of Peace and Conflict Research, Report No. 65.
- Wallensteen, Peter; Vesa, Unto; Väyrynen, Raimo (1973), *The Nordic System: Structure and Change, 1920-1970*. Tampere: Tampere Peace Research Institute & Uppsala: Dept. of Peace and Conflict Research.
- Weber, Max (1919a), *Wissenschaft als Beruf*. Berlin: Humblot.
- Weber, Max (1919b), *Politik als Beruf*. Berlin: Humblot.
- Wiberg, Håkan (1976), "How is it Possible to Evaluate Propositions about the Future?", in Stephan Schwarz (org.), *Knowledge and Concepts in Futures Studies*. Boulder, CO: Westview, 121-161.
- Wiberg, Håkan (1988), "The Peace Research Movement", in Peter Wallensteen (org.), *Peace Research: Achievements And Challenges*. Boulder, CO: Westview, 30-53.
- Wiberg, Håkan (1995), "Introduction: Peace Research, The Old, New And Post-New Agendas", in Judit Balázs; Håkan Wiberg (orgs.), *Changes, Chances, Challenges: Europe 2000*. Budapest: Akadémiai Kiadó, 1-24.
- Wiberg, Håkan (2000), "The Nordic Security Community: Past, Present, Future", in Bertel Heurlin; Hans Mouritzen (orgs.): *Danish Foreign Policy Yearbook 2000*. Copenhagen: DUPI, 121-37.
- Wiberg, Håkan (2003), "Roles of Peace Research", in Unto Vesa (org.), *Maaailman tutkimisesta ja muuttamisesta/ Studying the World and Changing it / Per studia mundus explicatur et mutatur*: Festschrift for Jyrki Käkönen. Tampere: TAPRI, 109-19.